



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO  
SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS  
SOCIAIS VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA  
AMBIENTAL**

**(Eixo Justiça Ambiental)**

**Corpos em trânsito e trabalho precarizado: mulheres catadoras  
de resíduos sólidos na fronteira Brasil–Paraguai**

Carla Cristina de Souza<sup>1</sup>

Tayla Queiroz Bernardes C. Ferreira<sup>2</sup>

Luciane Pinho de Almeida<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar as condições de vida de mulheres catadoras de resíduos sólidos recicláveis na região fronteira entre Brasil e Paraguai, a partir de uma perspectiva interseccional. A temática centra-se nas desigualdades produzidas principalmente por raça, classe, gênero e pela precarização do trabalho no manejo de resíduos, articulando saúde, justiça ambiental e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Metodologicamente, a pesquisa combina a cartografia com rodas de conversa e visita ao local de trabalho, ocorrida no âmbito do PPSUS. Por fim, aponta-se a urgência de políticas intersetoriais, reconhecimento institucional, fortalecimento da organização coletiva e da saúde integral das catadoras como imperativo ético e político.

**Palavras chave:** direitos humanos; saúde integral; justiça social; justiça ambiental; mulheres catadoras.

**Abstract:** This study aims to analyze the living conditions of women waste pickers of recyclable solid waste in the border region between Brazil and Paraguay, from an intersectional perspective. The theme focuses on inequalities produced mainly by race, class, gender, and the precarization of labor in waste management, articulating health, environmental justice, and the National Solid Waste Policy. Methodologically, the research combines cartography with dialogue circles and on-site workplace visits, conducted within the scope of PPSUS. Finally, it highlights the urgency of intersectoral policies, institutional recognition, the strengthening of collective organization, and the comprehensive health of women waste pickers as an ethical and political imperative.

**Keywords:** human rights; integral health; social justice; environmental justice; women waste pickers.

---

<sup>1</sup> Cientista Social; UCDB; Doutora em Psicologia, Mestre em Antropologia Social e Bacharel em Ciências Sociais; [carlinhacdsouza@gmail.com](mailto:carlinhacdsouza@gmail.com)

<sup>2</sup> Psicóloga; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Universidade Católica Dom Bosco - UCDB; [taylaq1@gmail.com](mailto:taylaq1@gmail.com)

<sup>3</sup> Assistente Social; Professora no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia Universidade Católica Dom Bosco – UCDB; Mestrado e Doutorado em Serviço Social; [lpinhoa@hotmail.com](mailto:lpinhoa@hotmail.com)



## I. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise das condições de vida e saúde, compreendida como estado de completo bem-estar físico, mental e social, e como direito humano fundamental de mulheres catadoras de resíduos sólidos recicláveis residentes em uma área de ocupação conhecida como Matadouro em uma cidade fronteira entre Brasil e Paraguai. A pesquisa centra-se na realidade de mulheres majoritariamente transfronteiriças, constituídas, principalmente, pelos marcadores sociais de diferença: raça, classe e gênero, que produzem desigualdades sociais na relacionalidade com outros sujeitos e no contexto capitalista, racista e patriarcal.

É importante marcar, tendo em vista que a maioria dessas mulheres são transfronteiriças, que consideramos o conceito em relação às mulheres cujas trajetórias de vida, trabalho e acesso a direitos se constituem a partir do território de fronteira, marcado pela circulação cotidiana, nesse contexto de pesquisa, entre Brasil e Paraguai. São mulheres que mantêm vínculos familiares, laborais e comunitários em ambos os lados da linha fronteira e que, por ocuparem essa posição, não são plenamente reconhecidas enquanto sujeitos de direito por nenhum dos Estados nacionais. Essa condição resulta em barreiras no acesso às políticas públicas, intensifica a precarização do trabalho e da moradia e aprofunda desigualdades já existentes, fazendo da fronteira um espaço de vulnerabilização, mas também de invenção de estratégias de sobrevivência.

Em diálogo com Carissimi e Pinho (2025), compreendemos que essas mulheres produzem formas de existência, trabalho, circulação e cuidado que extrapolam os marcos jurídicos nacionais, sendo moldadas por relações sociais, econômicas, culturais e políticas próprias das zonas de fronteira, caracterizadas pela mobilidade constante e pela interdependência entre territórios.

Em consonância com as autoras, observamos que as regiões de fronteira não são meras linhas de separação entre Estados-nação, mas territórios socialmente produzidos por relações de circulação, sociabilidade e disputa por direitos. No estudo sobre mulheres transfronteiriças entre Brasil e Paraguai, as autoras destacam que essas mulheres

compõem um grupo de pessoas que vivem nas áreas limítrofes entre dois ou mais países, fazendo parte de ambos os territórios que, dadas as constantes interações e sociabilidades, são considerados como únicos. Estão muito além das fronteiras geopolíticas, pois vivem "lá e cá", uma vez que as proximidades desses territórios lhes dão características próprias e similares, constituindo uma unicidade ainda que possuem particularidades (CARISSIMI; PINHO, 2025, p. 207).



Essa compreensão nos permite situar as catadoras dessa cidade fronteiriça como sujeitos que, na sua mobilidade cotidiana entre os dois lados da fronteira, constroem formas de trabalho, cuidado e vínculos sociais que ultrapassam os marcos jurídicos estatais e que são moldados pelas assimetrias de poder, de acesso a serviços públicos e de reconhecimento institucional próprios dos contextos transfronteiriços, onde desigualdades estruturais se manifestam de modo singular.

Cabe dizer que os encontros com essas realidades é resultado de um desdobramento do Projeto Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), uma iniciativa de fomento descentralizado que visa financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde da população brasileira, reduzir as desigualdades regionais em ciência, tecnologia e inovação em saúde, e promover a equidade por meio de um modelo de gestão participativo (MS/CNPq/FAP). O PPSUS, que ocorreu entre os anos de 2023 e 2024, orientou o levantamento inicial de políticas de saúde, educação e assistência no território fronteiriço. Isso nos permitiu articular debates e reflexões sobre saúde coletiva, reconhecimento laboral e justiça ambiental com os marcos legais da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

A PNRS estabelece como princípios a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a inclusão social e econômica dos catadores e catadoras de materiais recicláveis e o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como bem econômico e de valor social. Segundo o marco legal, no seu capítulo III, é importante “IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”. No entanto, no contexto fronteiriço dessa cidade, observa-se um distanciamento significativo entre os marcos normativos da PNRS e as condições concretas de vida e trabalho das mulheres catadoras, que permanecem excluídas da infraestrutura formal de manejo de resíduos, sem acesso a equipamentos de proteção, organização coletiva ou políticas públicas intersetoriais. Essa lacuna evidencia que, quando não efetivada como política de inclusão, a PNRS tende a operar prioritariamente como instrumento técnico-regulatório, reproduzindo desigualdades sociais, raciais e de gênero, sobretudo em territórios periféricos e fronteiriços, onde a precarização do trabalho e a invisibilização institucional se intensificam.

Embora exista o registro formal de uma “Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis” nesse município, fundada no ano de 2013, os dados cadastrais indicam que sua situação junto à Receita Federal está inapta, e o trabalho de campo mostrou que não havia, até o momento da pesquisa, uma organização articulada e em funcionamento que efetivamente representasse e organizasse as mulheres catadoras. Essa diferença entre



registro formal e organização concreta evidencia lacunas no reconhecimento institucional e na efetivação de práticas coletivas que poderiam fortalecer o trabalho, o acesso a direitos e a participação dessas mulheres em políticas públicas.

Durante a pesquisa de campo, observamos que muitas vivem em moradias improvisadas, desprovidas de infraestrutura adequada, organizando barracões e percursos laborais no circuito de reaproveitamento de resíduos sólidos recicláveis em condições precarizadas. Excluídas de qualquer infraestrutura formal de manejo desses resíduos, estas mulheres realizam seu trabalho diretamente no “lixão”, depósitos a céu aberto. Esta ausência de reconhecimento institucional e de condições mínimas de equipamentos de segurança, que lhes garantiriam o mínimo de prevenção a saúde, as expõe diariamente ao contato direto com todo o espectro de resíduos urbanos, desde matérias orgânicas em decomposição até lixo hospitalar e industrial. Esta contínua exposição a agentes patogênicos e tóxicos é a manifestação mais cruel da precariedade, marcando seus corpos racializados como passíveis de adoecimento e morte, fora do aparato de cuidado e higiene destinado às vidas consideradas “enlutáveis” (Butler, 2015) pela norma social.

A partir desse conjunto de elementos conceituais, normativos e empíricos, iremos cartografar, ao longo do texto, algumas cenas produzidas no encontro com essas mulheres durante a visita ao local de trabalho. Essas cenas, tomadas como pistas e não como meras ilustrações, nos permitirão descrever e analisar, de forma situada, as condições de precariedade que atravessam o cotidiano das catadoras no território fronteiriço. A cartografia aqui mobilizada busca acompanhar os processos e seus efeitos, evidenciando como raça, gênero, classe e trabalho se imbricam na produção das desigualdades em saúde. Ao adotar uma perspectiva interseccional, discutimos como essas opressões se atualizam nos corpos, nos percursos laborais e nas possibilidades, sempre tensionadas, de acesso a direitos, produzindo modos de viver, resistir e cuidar em contextos de fronteira.

## **II. METODOLOGIA E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE**

Quanto ao movimento metodológico, nos inspiramos na cartografia que se apresenta como forma de acompanhar processos, rastrear relações e tecer conexões entre os elementos que atravessam a vida das mulheres catadoras em contexto de fronteira. Inspirando-nos no entendimento de Kastrup, Escóssia e Passos (2019), para os quais a cartografia não se reduz a um mapa estático, mas se constitui como um modo de seguir pistas, deslocar olhares e combinar saberes para apreender fenômenos complexos em suas tramas, nossa análise empírica articula rodas de conversa, observação participante durante a visita ao local de trabalho, mobilizados no âmbito do PPSUS. Essa cartografia permite que



tracemos os entrelaçamentos entre desigualdades estruturais, condições de saúde, acessos e negações de direitos, bem como as formas de organização coletiva que emergem nas vidas dessas mulheres, dando corpo a uma análise que escuta, acompanha e problematiza as direções que as pistas nos apontam.

Partindo de uma perspectiva interseccional, este estudo se ancora na compreensão de que as opressões são estruturalmente produzidas e mutuamente constitutivas, não podendo ser analisadas de forma isolada. Em diálogo com Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), problematizamos como as violências estruturais se entrelaçam e se atualizam, intensificando vulnerabilidades e incidindo diretamente sobre as condições de saúde, o acesso a direitos e as possibilidades de organização coletiva dessas mulheres. É nesse movimento que a cartografia se afirma como estratégia metodológica, permitindo acompanhar processos e seus efeitos, a partir de rodas de conversa, da observação participante durante a visita ao local de trabalho dessas mulheres. Ao articular interseccionalidade e cartografia, buscamos seguir as pistas que emergem dos encontros, das práticas e dos territórios, produzindo uma análise das desigualdades que atravessam as vidas das mulheres catadoras em contexto fronteiriço.

Para aprofundar essa análise, é fundamental compreender o contexto de colonialidade no qual estamos, pensá-la como dimensão constitutiva da vida social no mundo moderno, distinta do colonialismo enquanto experiência histórica formalmente encerrada. Se o colonialismo remete a um período específico de dominação territorial e administrativa, a colonialidade diz respeito à permanência de suas lógicas de hierarquização, exploração e desumanização, que continuam a organizar as relações sociais, os modos de conhecer e as formas de vida mesmo após o fim jurídico das colônias. Essa herança se atualiza cotidianamente na produção de trabalhos considerados indignos e de corpos tornados descartáveis, especialmente em contextos marcados pela desigual distribuição dos danos ambientais. Como discute Alves (2019), a colonialidade ultrapassa os limites geográficos dos antigos impérios e opera também no plano da perspectiva cognitiva, naturalizando a separação entre vidas protegidas e vidas expostas. Nesse horizonte, as experiências das mulheres catadoras são compreendidas como constituídas por essa racionalidade colonial, na qual a gestão dos resíduos, a precarização do trabalho e a degradação ambiental se articulam, revelando que a injustiça ambiental não é um efeito colateral, mas parte estrutural da forma como certos corpos e territórios são historicamente destinados à exposição, ao risco e ao descarte.

Assim, o percurso metodológico adotado não se orienta pela busca de generalizações ou pela fixação de categorias prévias, mas pela atenção aos processos em curso e às formas como as desigualdades se produzem e se atualizam no território. A cartografia,



articulada a uma perspectiva interseccional, permite sustentar uma pesquisa implicada, que se constrói no encontro com as mulheres catadoras, reconhecendo seus saberes, práticas e estratégias como constitutivos da análise. Para além das opressões identificadas, tomamos como eixo de análise as formas como a colonialidade do poder e de gênero se impõe sobre as formas de vida dessas mulheres, produzindo hierarquias e desvalorizações múltiplas, em consonância com a análise de Lugones (2008), para quem gênero, raça e colonialidade não são eixos isolados, mas interligados na produção de mundos desiguais, em diálogo com Collins e Bilge (2021). Ao acompanhar as pistas que emergem das experiências vividas, dos percursos de trabalho e das relações com as políticas públicas, este estudo produz um conhecimento situado, comprometido com a visibilização das condições de precariedade, mas também com a afirmação das catadoras como sujeitas políticas e produtoras de saber, orientando as recomendações e intervenções que se desdobram a partir da pesquisa.

### **Cena: o “lixão”**

Durante as atividades de campo, contamos com a parceria de uma organização da sociedade civil, o Instituto Brasileiro de Inovações Pró Sociedade Saudável do Centro-Oeste (IBISS-CO), que atua há algum tempo no território junto a essas mulheres. Foi a partir dessa mediação que conseguimos acessar o grupo e iniciar um diálogo por meio de rodas de conversa. Inicialmente, o diálogo foi mantido em aberto, de modo a escutar suas trajetórias, ocupações e formas de acesso, ou não, aos serviços públicos no município. Nesse processo, emergiu com força a centralidade da atividade laboral como catadoras de materiais recicláveis, evidenciando o trabalho com o lixo como eixo estruturante de suas formas de subsistência.

Entre as cenas narradas nas rodas de conversa, uma delas evidenciou a ausência de equipamentos adequados para o manuseio e a separação dos resíduos realizados diretamente no lixão a céu aberto. Ao relatar essas condições, uma das mulheres nos convidou a visitar o local de trabalho. No dia seguinte, uma das pesquisadoras, que aqui escreve, acompanhada de outro pesquisador vinculado ao projeto PPSUS, realizou a visita ao lixão. O trajeto até o local se deu por uma estrada de terra que atravessa a área onde algumas dessas mulheres residem, uma ocupação conhecida como Matadouro. Conforme descrevem Carissimi e Pinho (2025, p. 213),

O nome matadouro está ligado ao estabelecimento industrial também conhecido como abatedouro destinado ao abate, processamento, armazenamento e destinação de produtos de origem animal, que funcionou na localidade e hoje está inativo. Por ser uma área de ocupação, é marcada



por vulnerabilidades diversas, sobretudo a socioeconômica, com condições precarizadas de saneamento básico, água potável, iluminação pública e etc

A passagem por esse território evidencia a intersecção entre moradia, trabalho e degradação ambiental. Ainda no percurso, chamaram atenção as inúmeras sacolas plásticas presas às árvores ao longo do caminho, formando uma paisagem que anunciava a proximidade do lixão e a circulação permanente dos resíduos para além de seus “limites formais”. Essa condição também é denunciada por moradores/as da região, como aponta uma reportagem local, com a chamada “Moradores de [...] denunciam lixão ao céu aberto”, ao registrar que “lixos da cidade são despejados em meio às chácaras e pessoas que moram na região (...) quando chove todo o chorume escorre ao rio Paraguai. No meu ponto de vista é crime ambiental (...) o mau cheiro é insuportável, causando o desconforto a todos”, relata um morador que pediu para não ser identificado, acrescentando: “Em pleno século vinte e um não temos um aterro sanitário” (PRIMEIRA PÁGINA, 2023).

Figura 1 – Lixão a céu aberto



Fonte: Primeira Página (2023).



Ao chegarmos ao lixão, encontramos duas mulheres trabalhando sob o sol, em meio a montes de resíduos misturados (orgânicos, recicláveis e rejeitos diversos) espalhados pelo solo. O odor forte de matéria orgânica em decomposição tornava-se imediatamente perceptível, assim como a presença constante de animais, como urubus e cachorros, que circulavam pelo espaço. Ao nos reconhecer da roda de conversa do dia anterior, uma das mulheres se aproximou para dialogar e comentou que havia feito o convite para a visita sem acreditar, de fato, que ele seria atendido. No local, explicou a dinâmica de organização do trabalho, apontando as *big bags* utilizadas para armazenar os materiais recicláveis, cada uma identificada como pertencente a uma trabalhadora específica. Essa cena revela como a precariedade estrutural do trabalho se articula à precariedade do território e da moradia, ao mesmo tempo em que evidencia as estratégias de organização e sobrevivência construídas por essas mulheres em um contexto marcado pela injustiça ambiental, pela informalidade e pela ausência de reconhecimento institucional.

O que mais se destacou na visita ao lixão, para além do impacto imediato do cenário, foi a constatação de que o espaço funciona como local de destinação indiscriminada de resíduos de naturezas diversas, sem qualquer tipo de triagem ou controle. Entre os relatos, uma das mulheres mencionou como emblemática a recorrente presença de seringas descartadas junto aos demais materiais, o que explicita o grau de insalubridade do trabalho e a exposição cotidiana a riscos biológicos e químicos. Todos os equipamentos minimamente utilizados para a realização da atividade (como luvas, bonés e, quando possível, protetor solar) são adquiridos pelas próprias catadoras, com recursos do próprio bolso, revelando a completa ausência de responsabilidade do poder público na garantia de condições seguras de trabalho.

Quando conseguem se articular coletivamente para reivindicar melhorias, a resposta da gestão municipal tem sido a de que o lixão será desativado e que os resíduos passarão a ser destinados a um município vizinho - como a própria reportagem aqui citada apontou -, supostamente dotado de infraestrutura adequada para receber o lixo das duas cidades. Essa solução, apresentada como técnica, produz novos processos de exclusão, uma vez que implicaria a interrupção imediata da principal fonte de renda dessas mulheres. Considerando que parte delas reside na ocupação do Matadouro e outras vivem do outro lado da fronteira nacional, a destinação dos resíduos para um município localizado a aproximadamente 213 km da cidade inviabiliza qualquer possibilidade de continuidade do trabalho com os recicláveis, aprofundando a precarização e o desemprego em um território já marcado por múltiplas vulnerabilidades.

Essa situação evidencia um profundo descompasso em relação aos princípios da PNRS, que estabelece a inclusão social e econômica dos catadores e catadoras, como



anunciado já na introdução, com o incentivo à criação de cooperativas e associações e a implementação da coleta seletiva como diretrizes centrais da gestão de resíduos. No contexto analisado, observa-se que, embora exista insatisfação por parte de moradores/as, como indicado em denúncias veiculadas na imprensa local, não há articulação efetiva entre poder público, população e trabalhadoras para a construção de soluções coletivas, como a organização das catadoras em cooperativa, a criação de um centro de triagem ou a implementação de um sistema de coleta seletiva. A ausência dessas iniciativas revela que, em vez de operar como instrumento de justiça ambiental e inclusão social, a PNRS permanece como um marco normativo distante da realidade, reproduzindo a lógica da descartabilidade tanto dos resíduos quanto das vidas que deles dependem para sobreviver

### III. DISCUSSÃO

Os encontros produzidos ao longo da pesquisa indicam que a atividade de catadoras de materiais recicláveis, no contexto analisado, é exercida majoritariamente por mulheres pretas e pardas, muitas delas mães e responsáveis pela manutenção de seus núcleos familiares - conforme levantamento das rodas de conversa. Essa configuração não é aleatória, mas revela como o trabalho com os resíduos se insere em uma divisão racializada e generificada do trabalho, historicamente constituída a partir de hierarquias coloniais que associam determinados corpos a atividades consideradas socialmente desvalorizadas. Ao serem empurradas para o circuito informal da reciclagem, essas mulheres ocupam uma posição marcada pela precariedade, pela invisibilidade institucional e pela exposição contínua a riscos ambientais e sanitários.

A centralidade da maternidade em suas trajetórias amplia as intersecções de vulnerabilização, uma vez que o trabalho realizado no lixão se articula às responsabilidades de cuidado, reprodução social e sobrevivência familiar. Como apontam as abordagens interseccionais, gênero, raça, classe e entre outras, operam de forma indissociável na produção dessas desigualdades, fazendo com que a precarização do trabalho recaia de modo mais intenso sobre mulheres racializadas, sobretudo aquelas responsáveis por filhos e filhas. Nesse sentido, o acesso fragmentado e insuficiente às políticas públicas de saúde, assistência social, habitação e renda, para citar algumas delas, impacta não apenas as catadoras, mas também suas crianças, produzindo efeitos intergeracionais da desigualdade.

A partir de uma leitura sobre a ótica da colonialidade, compreende-se que essa concentração de mulheres pretas e pardas como catadoras de resíduos não pode ser dissociada de uma lógica histórica que naturaliza a associação entre corpos racializados e trabalho degradado, como o próprio processo de escravização nos mostrou. A gestão dos



resíduos, ao relegar essas mulheres ao lixão a céu aberto, reproduz uma racionalidade colonial que transforma determinados grupos em populações descartáveis, ao mesmo tempo em que invisibiliza seus saberes, estratégias e contribuições para a sustentabilidade ambiental e econômica da cidade.

Essa realidade evidencia uma profunda injustiça ambiental, não dissociada da injustiça racial, na medida em que os danos ambientais e os riscos à saúde são distribuídos de forma desigual, recaindo sobre mulheres negras e pobres, enquanto os benefícios econômicos da reciclagem e da limpeza urbana permanecem concentrados em outros setores. Ao mesmo tempo, a ausência de políticas públicas que reconheçam essas mulheres como trabalhadoras e sujeitas de direitos reforça ciclos persistentes de precarização, contrariando os princípios da PNRS, que prevê a inclusão social e econômica das catadoras e o fortalecimento de formas coletivas de organização do trabalho.

Nesse cenário, a pesquisa evidencia que enfrentar a precarização do trabalho das catadoras exige mais do que soluções técnicas de gestão de resíduos. Torna-se imprescindível a construção de políticas públicas intersetoriais, que articulem saúde, assistência social, educação, habitação, trabalho, renda e meio ambiente, pensadas com as catadoras e a partir de suas experiências concretas. Somente por meio dessa articulação será possível romper com a lógica colonial, racista, sexista e ambientalmente injusta que destina determinados corpos e territórios ao descarte, reconhecendo essas mulheres como agentes centrais da gestão dos resíduos, produtoras de saberes e protagonistas na construção de justiça ambiental e social.

#### **IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nós buscamos com esse trabalho, para além de dialogar sobre as realidades das mulheres catadoras, intervir com recomendações políticas, sendo elas: (1) a necessidade de fortalecer processos participativos e intersetoriais (saúde, assistência social, educação, meio ambiente) pensados *com e para* as catadoras; (2) apoiar a criação de uma organização autônoma (associações e cooperativas) com financiamento, infraestrutura (centro de triagem) e formação técnica; (3) priorizar ações de saúde pública que considerem os riscos ocupacionais, a saúde mental e as barreiras de acesso a serviços; (4) implementar políticas públicas, sobretudo no âmbito da saúde, habitação, segurança alimentar, trabalho, renda, segurança pública, entre outras; (5) promover o monitoramento com recorte racial, de sexo, gênero e classe, entre outras categorias que emergem como marcadores constituintes nas experiências dessas mulheres, para avaliar impactos das intervenções.



Por conseguinte, a garantia da saúde integral dessas mulheres catadoras, articulada nas dimensões física, mental, ocupacional, reprodutiva e ambiental, configura-se não como recomendação periférica, mas como imperativo ético e fundamento inegociável das políticas públicas. Essa integralidade demanda uma reestruturação das determinações que as vulnerabiliza como acesso à renda digna, proteção social, saneamento, habitação adequada, participação decisória, dentre outros. Neste sentido, a PNRS deve ser ressignificada, transcendendo seu caráter regulatório de gestão técnica, para operar como ferramenta de inclusão social e reconhecimento das catadoras como agentes epistêmicos e políticos, produtoras de saberes e direitos fundamentais à construção de justiça ambiental e democracia urbana.

## REFERÊNCIAS

Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* (S. T. de Niemeyer Lamarão & A. Marques da Cunha, Trad.). Civilização Brasileira. (Original publicado em 2009).

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

CARISSIMI, F. S. O.; PINHO DE ALMEIDA, L. Determinantes sociais de saúde no contexto de mulheres transfronteiriças entre Brasil e Paraguai. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, v. 1, p. 205–220, 2025. Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/6925>. Acesso em: 10 de fev. de 2026.

Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). Boitempo. (Original publicado em 2016).

LUGONES, Maria. *Colonialidade e gênero*. Rio de Janeiro: CPDOC/IFCS–UFRJ, 2008. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Maria-Lugones-Colonialidade-e-genero.pdf>. Acesso em: 10 de fev. de 2026.

MORADORES de Porto Murtinho denunciam lixão a céu aberto. *Primeira Página*, Porto Murtinho, 14 ago. 2023. Disponível em: <https://primeirapagina.com.br/meio-ambiente/moradores-de-porto-murtinho-denunciam-lixao-a-ceu-aberto/>. Acesso em: 10 de fev. de 2026.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009 (ou 1ª edição; 5ª reimpressão 2020).